

# A práxis social contemporânea de Assistentes Sociais

*The contemporary professional praxis of Social Workers*

Marcelo da Silva Oliveira<sup>1</sup>  
Nathália Regina Marçal Marques<sup>2</sup>  
Tamires D'Agosta<sup>3</sup>  
Marilda de Oliveira Lemos<sup>4</sup>  
Cleide Henrique Avelino<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise quanto a práxis na atuação contemporânea de Assistentes Sociais do município de pequeno porte da região de Araçatuba - SP, em que se buscou considerar as tensões entre a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social, norteador da prática profissional historicamente legitimado, e o profissional, em sua condição de trabalhador assalariado. A consolidação do projeto ético político tende a ser fortalecida ou enfraquecida mediante a práxis profissional. Parte-se do pressuposto que os principais desafios estão relacionados a fragilidade da formação, e o cotidiano profissional, que face ao crescimento do conservadorismo, devido ao sistema neoliberal, limita o autorreconhecimento como classe trabalhadora por parte dos Assistentes Sociais, o que implica diretamente em sua prática.

**Palavras – chave:** código de ética, conservadorismo, práxis, projeto ético-político.

## ABSTRACT

This paper presents an analysis of the praxis in the contemporary work of Social Workers in the small municipality of the region of Araçatuba, SP, in which it was tried to consider the tensions between the implementation of the Social Work Political Ethic Project, guiding the professional practice historically legitimated, and the professional, in his condition of salaried worker. The consolidation of the political ethical project tends to be strengthened or weakened through professional praxis. It is assumed that the main challenges are related to the fragility of the training, and the professional daily life, which due to the growth of conservatism, due to the neoliberal system, limits self-recognition as a working class by the Social Workers, which directly implies practice.

**Keywords:** code of ethics, conservatism, praxis, political ethical project.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>2</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>3</sup> Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>4</sup> Assistente Social, Mestre em Administração, Doutora em Ciências Sociais. Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

<sup>5</sup> Contadora: Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

O presente artigo foi resultado de uma pesquisa que teve como objetivo investigar, de forma refletiva e crítica, a práxis social contemporânea de Assistentes Sociais, até então, norteados por um projeto ético político, fruto de uma construção histórica que intencionava romper com o ideal conservador e positivista, sendo o produto de intervenção a questão social desde que se originou o crescimento industrial e o desenvolvimento da formação societária.

A adesão a esse projeto ético político, por parte dos assistentes sociais, tem causado uma inquietação quanto a sua efetividade, e o questionamento da postura profissional se deu mediante o exercício de estágio supervisionado, que direcionou a um questionamento crítico em relação à formação e preparação desses profissionais frente à sociedade.

Com o decorrer da graduação, esse tema passou de inquietação para uma preocupação relacionada à conduta e a continuidade dada ao aprimoramento e a uma atualização do conhecimento da área. A metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi a Pesquisa Bibliográfica e realização de uma Pesquisa de Campo com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, Parecer nº 2.083430.

Partindo do pressuposto de que os principais desafios postos para esses profissionais estejam relacionados à fragilidade de sua formação e à continuidade de atualização, que por muitas vezes é dificultada, faz com que se torne questionável, na ótica marxista, a qual norteia ideopolíticos do Serviço Social.

O olhar que deve ter este profissional é a de transformação da realidade social demandada e a desconstrução das estruturas sociais e morais impostas, mediante o estímulo à reflexão e à conscientização coletiva, para preservar seu protagonismo e sua liberdade de conduzir sua vida a sua maneira.

Questionar essa atuação teve sua importância, pois é extremamente necessário identificar de onde origina essa fragilidade, para que não haja descaracterização do horizonte social e ético, e para que também não sejamos mais um agente contraditório.

### **Os dados da pesquisa**

Em face da pesquisa realizada com as profissionais de Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais, mediante a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, foram entrevistadas instituições como o Centro de Referência de

Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, Organizações da Sociedade Civil - OSC'S, Educação, Saúde, Departamento de Assistência, Tribunal de Justiça – TJ e Instituições de acolhimento, foram elencadas as potencialidades quanto à atuação destes em seus respectivos equipamentos.

Verificou-se que a profissional do CRAS tem sua atuação normatizada pela tipificação da Proteção Social Básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando fortalecimento do vínculo tanto familiar quanto comunitário. Ou seja, a profissional atua de forma a prevenir e a proteger, buscando reconhecer a importância de responder às necessidades humanas de forma integral.

O profissional do CREAS, por sua vez, centra sua atuação no acompanhamento a indivíduos e suas famílias os quais estão expostos diretamente a riscos por violação de direitos ou já com direitos violados.

Já as atribuições do assistente social no TJSP encontram-se expressas na Portaria nº 9.277/2016 e nas Normas de Serviço da Categoria Geral de Justiça nos artigos 802 a 808. Em suma, as assistentes sociais, junto ao corpo técnico que compõem, executam suas atividades profissionais junto às Varas da Infância e da Juventude, Família e Sucessões, Violência Doméstica e as demais responsáveis por medidas de proteção a idosos em situações de risco, mesmo que ainda tramitem nas Varas Cíveis.

Essas profissionais executam funções periciais junto aos processos judiciais, fornecendo subsídios por escrito mediante laudos, como também verbalmente em meio as audiências e o desenvolvimento do Estudo Social, por meio da triagem em que se realizam ações de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção entre outros que diz respeito às questões sócio-jurídicas sob a imediata subordinação da autoridade judiciária, assegurando a livre manifestação do ponto de vista técnico. O trabalho do Assistente Social no TJ também se dá através de periciamento para com as Instituições de Acolhimento, que executam Medidas Sócio-Educativas para que não haja omissão ou negligências quanto ao atendimento oferecido.

No Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, cabe ao profissional o acolhimento dos usuários com transtornos mentais e dependências químicas que foram encaminhados até o equipamento e/ou que espontaneamente procuraram

atendimento.

Tem como objetivo realizar atendimentos individuais e grupais, reuniões, orientações junto às famílias e o encaminhamento dos usuários para as Redes de Serviços como Poder Judiciário, INSS e os demais órgãos que se fizerem necessários, a fim de contribuir para a inclusão e garantia do acesso aos direitos sociais previstos na legislação, proporcionando um tratamento digno, visando a reabilitação psicossocial e a inclusão do mesmo junto a sua família e comunidade em meio a participação de reuniões com a equipe interdisciplinar para que se discutam os casos demandados, visando a uma melhor efetivação nas ações propostas.

No caso do Departamento de Assistência Social, este é responsável pela fiscalização da Política Pública de Assistência Social que apresenta como característica a manutenção e a avaliação da execução dos serviços, dos programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Monitora diretamente as O.S.Cs, aliado ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Um dos atendimentos se dá por meio de levantamento socioeconômico para concessão de benefícios eventuais como auxílios natalidade, funeral e cestas básicas. São responsáveis também pelo projeto Viva Leite e Programa Municipal Leite do Idoso e concedendo, quando necessário, fotos, documentos, caçambas e as demais utilidades públicas como o Poder Judiciário, Disk 100 para a violação de direitos e o planejamento orçamentário.

As Instituições de acolhimento, por via de regra de caráter asilar, busca atuar diretamente com moradores da comunidade, atuando na área de lazer, atendimento individualizado, trabalho em conjunto e visitas domiciliares buscando viabilizar os direitos.

As Organizações da Sociedade Civil – O.S.Cs, por sua vez, de uma forma parceira, complementa os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – S.C.F.V. mediante a proteção social básica, como preconiza o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Busca em sua orientação o acolhimento a esses indivíduos, sejam crianças, sejam adultos ou idosos, oferecendo uma escuta qualificada, visitas domiciliares, estudos de caso, elaboração de relatórios e encaminhamentos para as redes de serviço.

Considerando as respostas das profissionais que realizam sua ação profissional nos equipamentos acima relacionados, notou-se que em relação às

questões abordadas, não houve consenso em relação ao que se entende por teoria e prática. Algumas das profissionais desvinculam as mesmas, enquanto outras, defendem a junção da teoria norteando a prática em busca de uma melhor atuação.

Por um lado, há a compreensão que entende a teoria apropriada como ampla ferramenta de conhecimento a serviço da sociedade, pois somente ela norteia e se materializa na prática, de acordo com Marx,

*A teoria afirma-se como expressão, no campo do pensamento, da processualidade do ser social, apreendido nas suas mútuas relações e determinações, isto é, como “concreto pensado” (MARX, 1974).*

Por outro lado, se tem a compreensão desvinculada, o que compromete a adesão e materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Conforme Lukács (2003, p. 64-65),

*A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a ‘teoria se torna força material desde que se apodere das massas’. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto.*

Instala-se aqui uma preocupação com a compreensão sobre teoria e prática. Não raro, ouve-se de profissionais o discurso de que na prática a teoria é outra. Para uma profissão interventiva como é o Serviço social, esse discurso torna-se grave, uma vez que a dimensão teórico-metodológica se constitui no saber que já superou o tecnicismo e aderiu à visão de totalidade, conforme a teoria marxista, para compreender e intervir na realidade social para além das aparências que esta apresenta.

Há a possibilidade de isso ocorrer em face da precariedade em que se encontra o ensino superior e as condições de vida dos estudantes, pois conseguimos identificar, através de reflexão, que a realidade de nossos estudantes nos dias de hoje é de uma jornada de oito horas de trabalho, por conta dos compromissos financeiros a pagar e até mesmo e principalmente o de estudar.

Outro fato que colabora com a situação, diz respeito ao sucateamento das políticas públicas que, com seus poucos recursos, exige um desenvolvimento técnico-operativo das ações de forma imediatista, visando apenas a resultados quantitativos que, minimamente, atende aos direitos dos usuários, dando oportunidade à descrença ou à impossibilidade de assistentes sociais exercerem a práxis profissional como modo ético-político de intervenção na realidade.

Quando foram feitas perguntas às profissionais sobre o conservadorismo no exercício profissional, evidenciou-se que parte delas entende o conservadorismo como medida prática de conservar, manter o que até então foi posto.

Esse é um pensamento vigente em nossos dias, que subjaz uma visão estática da realidade, positivista e, portanto, sem o compromisso com qualquer tipo de mudança.

É notória a falta de compromisso ou desrespeito para com um estudo continuado, haja vista a demanda de serviços postos aos profissionais cotidianamente que é extremamente maçante e em grande quantidade. Na entrega dos questionários, pode-se observar que essa característica foi a que mais evidenciou o não compromisso; os profissionais estão saturados com a demanda de serviço colocado, e com isso não dão conta ou não fazem com qualidade o serviço prestado, tendo atitudes conservadoras, na grande maioria.

Em razão das fragilidades que a intervenção profissional enfrenta, alimentam-se correntes conservadoras mesmo entre os próprios assistentes sociais.

Mesmo não se posicionando por estarem fragilizados com a situação – até mesmo sem perceber, pois, o cotidiano faz isso com o profissional -, a alta demanda de trabalho ligada ao déficit no quadro da equipe de cada equipamento, escassez na aplicação das políticas públicas, impossibilidade em sua autonomia do fazer profissional e outras; foram algumas das respostas que demonstram o quanto os profissionais estão atados frente à realidade que a profissão vive em dias atuais.

### **A Gênese do Serviço Social e a influência burguesa**

A manipulação do capital burla e manipula, por meio de sua ideologia, todas as relações humanas e as determinam.

Com isso, é garantido o apoio ao pensamento conservador, tornando alienada a classe trabalhadora.

*A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. (MARX; ENGELS; 2008, p. 08)*

O surgimento do Serviço Social se dá no século XIX, na Europa, como consequência de um processo sócio-histórico desencadeado pela Revolução Industrial. No Brasil, o Serviço Social surge nos anos de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.

A tecnologia industrial ultrapassada na Europa chegava ao Brasil como impulso ao processo de industrialização e, com isso, instalava-se também um processo de empobrecimento da classe trabalhadora brasileira, acentuando-se e clarificando a divisão da sociedade em classes.

O elemento determinante para a existência e dominação da burguesia é a acumulação de riquezas na mão de poucos. O surgimento, o desenvolvimento e a reprodução do capital só é possível por causa do trabalho assalariado.

*O proletário não tem propriedades, sua relação com mulher e filhos já não tem nada em comum com as relações familiares burguesas; o trabalho industrial moderno, a sujeição do operário ao capital – na Inglaterra, como na França, na América como na Alemanha-, retirou dele qualquer caráter nacional. Para ele, as leis, a moral, a religião são preconceitos burgueses que ocultam outros tantos interesses burgueses. (MARX; ENGELS, 2008, p.26)*

Uma das condições que tornavam o capitalismo acumulativo era a retenção da riqueza nas mãos privadas multiplicando o capital que trazia como característica o trabalho assalariado, que em sua base sofria isoladamente uma mobilização operária tornando previsível a vitória ou o declínio dos mesmos.

A expansão do mercado capitalista a qual tomou a burguesia fez a sociedade se submeter à dominação, transformando o cenário das cidades e aumentando maciçamente a quantidade da população urbana em proporção à rural.

Com o desenvolvimento do mercado de trabalho nos moldes capitalistas, esse mercado passa por um processo de pleno amadurecimento se propagando por todos os principais centros urbanos, libertando-se do custo da reprodução da força de trabalho e tornando o trabalhador e sua força de trabalho em mercadoria passível

de troca e, justamente por estar alienado à produção, sua sobrevivência é posta em risco, pois a exploração a qual é submetido afeta sua capacidade vital e consecutivamente as relações sociais e familiares.

### **A autorrepresentação da identidade profissional nas primeiras décadas do surgimento do Serviço Social no Brasil**

O Serviço Social se constitui como uma profissão sócio-histórica, o que significa que foi e é até hoje expressão de períodos sócio-históricos determinados. Nesse sentido, a categoria profissional, ao elaborar seus Código de Ética, traz presente a autocompreensão da profissão e da autorrepresentação da identidade profissional.

Percebe-se através dos códigos de éticas do Serviço Social o lugar social que a profissão ocupava na sociedade. Os primeiros códigos tinham como base ideológica o neotomismo, oriundo da Doutrina Social da Igreja Católica, e o positivismo, que tem como referencial o personalismo e a culpabilização do indivíduo. Portanto, carregavam uma roupagem conservadora, comprometida com a manutenção do status quo.

É perceptível que os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 tinham uma visão estática da sociedade e neutra em relação à vivência cotidiana da população usuária do Serviço Social.

A partir de 1986, o Código de Ética procurou expressar o momento de ruptura que o Serviço Social vivia, em virtude do momento sócio-político pelo qual o Brasil acabava de passar: o rompimento com o conservadorismo profissional em consequência de nova reorientação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa; e a identificação profissional como classe trabalhadora. A linguagem do Código de Ética de 1986 demarca bem o momento em que as vanguardas do conjunto dos assistentes sociais faz uma conversão a uma nova direção do Serviço Social brasileiro.

### **Projeto ético político do serviço social.**

O projeto ético-político do Serviço Social se dá por meio da percepção da profissão como elemento de composição na contradição econômica e política das classes, que são elas burguesia e proletariado. Nele estará então, a direção da atuação sociotécnica para com os distintos interesses das classes, (TEIXEIRA, 2009).

Há extrema necessidade de que os profissionais saibam fazer uma leitura crítica da conjuntura para que se apropriem de instrumentos substanciais de consolidação do projeto ético político, sendo o Assistente Social um agente ativo que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que de fato determinam os desafios que direcionam a ação profissional.

Como construção sócio histórica, esse projeto profissional somente se consolida no próprio processo histórico, cuja legitimação deve ocorrer em diferentes níveis, que envolve desde o contratante do exercício profissional até outros coletivos profissionais, incluindo as instituições incumbidas da formação e os sujeitos que demandam a sua prática.

É um desafio para os Assistentes Sociais, pois estes também fazem parte dos trabalhadores assalariados, o que torna essa consolidação ético-político profissional uma problemática devido a relação complexa e contraditória que abordam diversas determinações de natureza macrossocial, que não apenas influenciam, mas também constituem e determinam, limitando o agir profissional que por muitas vezes contribuiria de uma forma ética e comprometida mas que acabam sendo enquadrados nos moldes da instituição a qual representam.

## **Conclusão**

Entende-se, então, que cabe ao profissional a mediação correta das práticas, dar vida e concretude ao projeto ético político profissional, sendo este um projeto que deve ser reafirmado dia a dia, pois assim, como dizem as mães da Praça de Maio, na Argentina, a única luta que se perde é aquela que se abandona.

Apesar de existir em um sistema que se mantém sobre valor financeiro e moral, este se faz autor da evolução do cotidiano e suas características, que entre outras, compromete-se com a descaracterização do trabalho.

Ter um projeto ético-político comprometido em olhar o indivíduo e refletir junto a este sobre opções concretas de escolhas, e ter a oportunidade de junto a ele estimular sua autonomia, é o que tornaria a categoria agentes diferenciados dessa realidade imposta com o olhar de transformação social rumo à emancipação.

Além de o sistema capitalista se manter e se nortear baseado na filosofia positivista, na culpabilização do indivíduo, no conservadorismo, o Serviço Social é uma categoria de trabalhadores diferenciada e que enxerga as reais mazelas da

questão social e suas inúmeras expressões, intervém de forma justa e digna, visando a construção da promoção de direitos para a classe trabalhadora.

### **Referências Bibliográficas**

BOSCHETTI, Ivonete. **Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 124, 2015.

CABRAL, Jorge. **Direito, Ética e Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 99, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V.. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. – 34. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-político Profissional**, Ponta Grossa – PR, mar. 2006. Disponível em < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67> > Acesso em: 24 de maio 2017

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissi**